

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 43ª REUNIÃO

Data: 6 e 7 de novembro de 2006.

Local: Mini auditório da Secretaria de Recursos Hídricos/MMA, localizado no 4.º andar do edifício sede da CODEVASF, SGAN 601, lote 1, Brasília/DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
Paulo Roberto Checchia (paulo.checchia@planejamento.gov.br)
- Ministério dos Transportes
Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional:
Demetrios Chritofidis (demetriosugpo2002@yahoo.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH:
Luiz Augusto Bronzatto (luiz.bronzatto@mma.gov.br)
- Ministério das Cidades:
Claudia M. F. Albuquerque (claudiamfa@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia:
Eduardo de F. Madeira (madeira@mme.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA:
Bolivar Antunes (bolivar@ana.gov.br)
- Conselhos Estaduais Rio de Janeiro / São Paulo :
Antonio Carlos Coronato (carlos.coronato@daee.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais Espírito Santo / Minas Gerais:
Claudio de Almeida (cconceicao@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais Bahia / Ceará:
Aldo Carvalho Andrade (aldo@srh.ba.gov.br)
- Concessionárias e Aut. de Geração Hidrelétrica:
Regina Menrava Romanini (regina.romanine@cesp.com.br)
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto:
Walder Suriani (aesbe@aesbe.mg.br)
- Indústrias:
Marco Antonio Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)
- Organizações Não Governamentais:
Ninon Machado de Faria Leme Franco (ipanemasede@yahoo.com.br)
- Consórcios e Assoc. Interm. Municipais de Bacias Hidrográficas:
Ausente
- Comitês de Bacias Hidrográficas
Rita de Cássia Paula Dantas (secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – ABRH:
Antonio Eduardo Lanna (edulanna@gmail.com)

CONVIDADOS:

- Adriana Lustosa da Costa (adriana-lustosa.costa@mma.gov.br)
- Andreia Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Carmen G de Souza (carmen.souza@elabore.com.br)
- Danielle Alencar Ramos (danielle.alencar@mma.gov.br)
- Elisa Monteiro Malafaia (elisa.malafaia@planejamento.gov.br)
- Hugo do Vale Christofidis (hugo.christofidis@mma.gov.br)
- Jaciara Rezende (jaciara.rezende@mma.gov.br)
- João Climaco Soares de Mendonça (climaco@uai.com.br)
- Jussara Lima Carvalho (jussara@cetesp.gov.br)
- Maria Ceicilene Rego (maria.rego@mma.gov.br)
- Maria de Fátima Chagas de Coelho (fati.bh@terra.com.br)
- Marley Caetano de Mandonça (marley.mendonca@mma.gov.br)
- Moema de Sa (moema.sa@mma.gov.br)
- Nelson Neto de Freitas (nelson.freitas@ana.gov.br)
- Percy Soares Neto (percy.neto@mma.gov.br)
- Rachel Landgraph de Siqueira (rachel.siqueira@mma.gov.br)
- Rafael Egashira (rafael.egashira@mma.gov.br)
- Ricardo C. Furtado (ricardo.furtado@epe.gov.br)
- Ronaldo Camara Cavalcanti (ronaldo.cavalcanti@epe.gov.br)
- Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)
- Simone Vendruscolo (simone.vendruscolo@mma.gov.br)
- Soraia Fucina Amaral (soraia.amaral@idades.gov.br)
- Viviani Pineli Alves (viviani.alves@mma.gov.br)
- Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)

RELATORIA:

- Fabiano Chaves da Silva (fabiano.silva@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Ao 6º dia de novembro do ano de dois mil e seis, com início às 14 horas e trinta minutos, a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua quadragésima terceira reunião convocada há doze dias e tendo como relator o senhor Fabiano Chaves da Silva. **1 – Abertura.** O Sr. Antonio Eduardo Lanna, Presidente da CTPNRH, iniciou as atividades saudando os presentes. Informou que no início da manhã ocorreu, no Palácio do Planalto, o lançamento dos Cadernos Setoriais do PNRH. O evento contou com a presença do Vice-Presidente da República, Excelentíssimo Sr. José de Alencar, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, do Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. José Machado, do Secretário de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra, bem como demais representantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade. A Sra. Ninon Machado solicitou que constasse de ata que sua ausência no evento de lançamento dos cadernos setoriais foi em decorrência da não disponibilização de passagem em horário compatível com a realização do evento. Embora reconheça o esforço despendido pelo Sr. João Bosco em sanar as dificuldades e agilizar as providências cabíveis. Destacou a importância da participação da

90 sociedade civil no processo de construção do PNRH. **Item 2 - Aprovação da Ata da 42ª Reunião da**
91 **CTPNRH.** A Sra. Ninon Machado solicitou que fossem feitas algumas correções e elogiou a
92 elaboração da ata lembrando que nesse documento se consolida a formação das políticas públicas.
93 Após outras considerações e encaminhamento de correções, a ata foi aprovada. Em seguida, o
94 Presidente da CTPNRH solicitou inversão da pauta para apresentação do item 5 da pauta referente a
95 minuta do documento de estratégia de implementação do PNRH (ANEXOS 1 e 2). Não havendo
96 nenhuma posição em contrário, o Sr. Eduardo Lanna passou a palavra a Sra. Fátima Chagas,
97 consultora da Secretaria de Recursos Hídricos para apresentação do **Item 5 – Apresentação da**
98 **minuta do documento de estratégia de implementação do PNRH**. A Sra. Fátima Chagas iniciou
99 sua apresentação (ANEXO 3) saudando os presentes e informou que o presente trabalho tem como
100 objetivo definir como materializar o que foi proposto para o Plano e que as estratégias propostas
101 devem refletir a característica de processo do PNRH. Explicou que o documento Estratégia de
102 Implementação do PNRH materializa o cumprimento da primeira meta do PNRH aprovado pela
103 resolução CNRH Nº 58, de 30 de janeiro de 2006. Mencionou que durante a elaboração da proposta
104 foram recebidas várias sugestões do Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do PNRH –
105 GTCE. Informou que o documento aborda os seguintes itens: 1 – Introdução e Contexto; 2 –
106 Orientações Conceituais; 3 – Os Horizontes Temporais e as Fases de Implementação do PNRH; 4 –
107 Os Mecanismos Institucionais de Aprovação e Acompanhamento dos Programas Detalhados; 5 –
108 Articulação dos Níveis de Planejamento de Recursos Hídricos e a Implementação dos Programas do
109 PNRH; 6 – Mecanismos Institucionais Extra SINGREH a serem adotados Para Implementação do
110 PNRH e o Fortalecimento da Inserção do SINGREH nas Demais Políticas Públicas; 7 – Instrumentos
111 Econômicos e a Identificação de Fontes Orçamentárias e de Financiamento; 8 - Orientações Gerais
112 Para Definição das Metas de Curto, Médio e Longo prazos do PNRH; 9 – Considerações Finais; e 10
113 – Bibliografia Consultada. Em sua apresentação a Sra. Fátima Chagas destacou que as estratégias de
114 implementação do PNRH devem considerar os princípios e fundamentos que nortearam a construção
115 do PNRH, a saber: Os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e o contexto
116 institucional preconizado pelo modelo de gestão das águas vigente no País (o princípio da
117 subsidiariedade, o federalismo, a perspectiva de governança, voltada para a construção de uma
118 gestão ética, fundamentada na coletividade e na participação); Os princípios da Agenda 21; As Metas
119 de Desenvolvimento do Milênio. E ainda que o PNRH é um processo multidisciplinar, dinâmico,
120 flexível, participativo e permanente. Em relação ao item 4 - Mecanismos Institucionais de
121 Aprovação e Acompanhamento dos Programas Detalhados, destacou a apresentação de um roteiro
122 básico para o processo de aprovação do detalhamento operacional pelo CNRH: 1 - detalhamento
123 operacional dos programas e subprogramas, pela ANA e SRH, com acompanhamento e supervisão
124 do GTCE; 2 - Seminário envolvendo as Câmaras Técnicas do CNRH; 3 - Consolidação dos
125 programas e subprogramas pelo GTCE; 4 - Encaminhamento dos programas detalhados à CTPNRH
126 para emissão de um parecer sobre o conjunto dos programas; 5 - Encaminhamento do parecer e de
127 minutas de Resoluções à CTIL; - Encaminhamento dos programas detalhados e das propostas de
128 Resoluções ao CNRH para exame e aprovação, com os respectivos pareceres da CTPNRH e CTIL.
129 Particularmente, em relação ao acompanhamento da Implementação dos Programas foi proposto que
130 a CTPNRH, deveria preparar e apresentar relatos anuais sobre cada subprograma ao CNRH. E para
131 tanto propõe-se a utilização de 2 instrumentos: Informes anuais encaminhados pelo GTCE à
132 CTPNRH; Relatório quadrienal do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados –

133 SIGEOR. Em relação às outras Esferas de Acompanhamento dos Programas Detalhados mencionou
134 a questão da satisfação dos usuários e beneficiários dos programas, alcance social dos resultados
135 obtidos e a participação social na execução, nos níveis e padrões necessários, e a definição de uma
136 estratégia de comunicação social para atingir aos principais formadores de opinião do País e das
137 Regiões Hidrográficas. Por fim, a Sra. Fátima Chagas apresentou suas considerações finais
138 ressaltando que as estratégias de implementação do PNRH devem refletir as características do
139 processo de construção do Plano, e reavaliadas após o detalhamento operacional dos programas e nos
140 momentos das revisões periódicas do Plano. Encerrada a apresentação o Sr. Eduardo Lanna
141 agradeceu à Sra. Fátima Chagas, sugeriu que as discussões fossem orientadas de forma a avaliar o
142 conteúdo do documento apresentado e a questão do processo de encaminhamento. O Sr. Luiz
143 Bronzatto parabenizou a apresentação da Sra. Fátima Chagas. Mencionou que o documento
144 Estratégia de Implementação é a meta número 1 estabelecida no Volume IV do PNRH, e que com o
145 detalhamento operacional dos programas e subprogramas do Plano o alcance dos seus objetivos
146 finalísticos será facilitado. Ressaltou que a estratégia de implementação do PNRH deve ser entendida
147 como um processo que pode ser definido e redefinido de acordo com a sua evolução. Em seguida,
148 disse que no entender do GTCE, dos membros da Secretaria de Recursos Hídricos e da Agência
149 Nacional de Águas, considerava o documento apto para avaliação pelos membros da CTPNRH e por
150 consequente encaminhamento à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL. A Sra.
151 Ninon Machado destacou a importância da criação de um fundo para a cidadania, consignado ao
152 fortalecimento da participação e capacitação da sociedade civil no SINGREH. Externou sua
153 preocupação com a questão da representatividade, legitimidade e a capacidade dos representantes do
154 CNRH, principalmente no seu papel de disseminação do PNRH em seus próprios segmentos. Outro
155 aspecto de destaque apresentado pela Sra. Ninon Machado foi o desenvolvimento de capacidades na
156 gestão de recursos hídricos, bem como a aceitação da legitimidade dos conhecimentos tradicionais.
157 O Sr. Fred Crawford salientou a necessidade do reconhecimento da questão da partição de quedas, de
158 grande importância para o setor hidroviário, haja vista essa divisão das quedas de um curso d'água
159 está sendo planejada apenas sob a ótica da geração de energia. A Sra. Ninon Machado solicitou
160 prioridade na regulamentação dos artigos 12 § 2º e 52 da Lei 9433/97, tendo em vista, que no seu
161 entender, a questão da outorga está relacionada ao PNRH. O Sr. Eduardo Madeira mencionou que
162 esse tema é muito complexo e se faz necessária uma ampla discussão jurídica. Em virtude disso,
163 considerou que essa discussão estaria fora do âmbito da CTPNRH. O Sr. Bolivar Antunes ratificou as
164 palavras do Sr. Eduardo Madeira e ressaltou a complexidade do tema para a gestão dos recursos
165 hídricos. O Sr. Marley Caetano sugeriu que o tema fosse encaminhado para análise pela CTIL. O Sr.
166 Luiz Bronzatto assentiu com a proposta de encaminhamento da questão à CTIL, a qual teria as
167 atribuições necessárias. Sugeriu ainda que, posteriormente, fosse organizada uma reunião conjunta
168 entre a CTPNRH e CTIL para discussão e sugestões sobre o tema. Os membros da CTPNRH
169 decidiram pela aprovação do encaminhamento. Após outras sugestões foi apresentado uma proposta
170 de interromper a reunião para que os membros da CTPNRH possam fazer a leitura do documento e
171 apresentação de novas sugestões no início do segundo dia da reunião. Neste momento foi encerrado
172 o primeiro dia da reunião. Segundo dia da reunião com início às 9:30h, com a presença da maioria
173 dos membros o Sr. Eduardo Lanna solicitou dos presentes que apresentassem suas sugestões ao
174 documento Estratégia de Implementação do PNRH. O Sr. Carlos Coronato sugeriu a elaboração de
175 um resumo executivo para o documento com destaque dos pontos principais. Disse ainda que,

176 referindo-se ao item 5.2 do documento, quando se trata de outros eixos de articulação, o qual
177 apresenta uma aparente “imposição” aos entes federados. O Sr. Eduardo Lanna ponderou que era
178 possível uma mudança de redação para atender a demanda. Os membros da CTPNRH concordaram
179 com o encaminhamento proposto. O Sr. Antonio Coronato. Apresentou uma serie de sugestões: Na
180 Página 6, mencionou se não seria interessante associar as metas do PNRH às fases no cronograma? O
181 Sr. Luiz Bronzatto disse que isso somente seria possível com o detalhamento dos programas e
182 subprogramas. Na página 7 do documento perguntou se serviço de detalhamento do SIGEOR já
183 estaria contratado e se o mesmo seria apresentado em 2006? O Sr. Luiz Bronzatto informou que a
184 Sra. Fátima Chagas teria sido contratada para elaboração da proposta do SIGEOR, a qual deverá ser
185 apresentada em 2007 em razão da articulação necessária. Sendo que o SIGEOR vai ser apresentado
186 à CTPNRH pelo GTCE. Na página 26 § 4, foi solicitado explicação sobre a cronologia da dinâmica
187 de articulação. A Sra. Fátima Chagas disse que o processo de articulação (reuniões, inserção no
188 planejamento integrado) deve ser iniciado antes mesmo da implementação dos respectivos
189 programas. O Sr. Eduardo Lanna apresentou as sugestões do representante do Ministério dos
190 Transportes (**ANEXO 4**) referentes ao Planejamento e Gerenciamento da oferta e a demanda de
191 recursos hídricos, a partição de quedas ou desníveis dos cursos d’água, os eventos críticos e
192 conflitos por usos múltiplos, mantendo a coordenação e integração de ações institucionais e
193 estruturais buscando a sinergia dos diversos usos d’água. As sugestões foram aceitas com algumas
194 retificações de forma, com excessão das propostas de modificações itemizadas de número 2 e 5. A
195 Sra. Ninon Machado solicitou que na página 34 ao tratar dos elementos de uma estratégia robusta,
196 especificamente em relação as exigências para instalação de hidrelétricas, fosse inserida a questão da
197 sustentabilidade. E em relação a necessidade de conservação dos aquíferos é necessário citar outros
198 aquíferos, não somente o Guarani. Solicitou ainda a inclusão dos princípios do poluidor pagador e
199 protetor receptor em relação a utilização dos recursos hídricos e de tratamento de efluentes. Em
200 relação as metas definidas tomando como base a estratégia robusta, no item *contribuição para a*
201 *desconcentração econômica e a equidade social*, sugeriu a inclusão de justiça social, perspectiva de
202 gênero, acesso à água e saneamento para todos nos termos das metas do milênio. No penúltimo item
203 recomendou a inserção da gestão de riscos. E no último item solicitou a modificação para
204 *fortalecimento da política de desenvolvimento de capacidades em gestão, ciência e tecnologia no*
205 *campo dos recursos hídricos e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais*. Por último sugeriu a
206 inclusão de um item sobre incentivo às boas práticas, controle social, transparência e
207 responsabilidade fiscal e social. As sugestões apresentadas pela Sra. Ninon Machado tiveram o apoio
208 dos membros da CTPNRH. A Sra. Cláudia Albuquerque sugeriu especial atenção as regiões em
209 crescimento e com potencial para o surgimento de graves problemas ligados ao processo de
210 urbanização. A Sra. Rita de Cássia Paula Dantas ressaltou que no documento Estratégia de
211 Implementação não era possível perceber um grande envolvimento dos comitês de bacias
212 hidrográficas. Portanto, sugeriu a promoção da efetiva participação dos comitês de Bacias no
213 processo de implementação do PNRH. Disse ainda que essa seria uma reivindicação do Fórum de
214 Comitês de Bacia Hidrográfica. Após realizadas as sugestões ao texto, o Sr. Eduardo Lanna
215 encaminhou por um parecer favorável do documento “Estratégia de Implementação do PNRH”. Os
216 membros da CTPNRH decidiram pela aprovação do encaminhamento, considerando as sugestões
217 apresentadas ao texto. O Sr. Luiz Bronzatto lembrou que a Secretaria de Recursos Hídricos tinha
218 elaborado um minuta de resolução (**ANEXO 5**) que aprova o documento “Estratégia de

219 Implementação do PNRH”, e solicitou que fosse analisada pelos membros da CTPNRH ainda nesta
220 reunião. O Sr. Eduardo Lanna assentiu com a solicitação e disse que após apresentação do Item 4 da
221 pauta retornaria ao tema. Em seguida, o Sr. Eduardo Lanna solicitou que fosse dada continuidade à
222 reunião com a apresentação do *Item 4 – Apresentação sobre avaliação ambiental integrada - AAI*.
223 A Sra. Maria Ceicilene Rego da Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA do MMA iniciou a sua
224 apresentação (ANEXO 6) agradecendo o convite para falar sobre avaliação ambiental integrada.
225 Disse que no momento o interesse era a Implementação de modelos de Desenvolvimento em bases
226 sustentáveis com uma abordagem integradora para a gestão dos recursos ambientais. Apresentou os
227 antecedentes da Avaliação Ambiental Integrada. Caracterizou os estudos de inventário com uma
228 abordagem ambiental restrita, sem uma visão estratégica e nem articulação com a área ambiental.
229 Disse que antes os empreendimentos eram planejados privilegiando o aproveitamento ótimo do
230 potencial energético com visão restritiva relativamente às variáveis ecológicas, sociais, econômicas,
231 culturais. E que licenciamento não tinha uma abordagem de bacia, não sendo verificados os efeitos
232 sinérgicos. Ressaltou como marco a Resolução CONAMA 01/86, a qual Institui e regulamenta o
233 EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, como instrumentos
234 da Política Nacional do Meio Ambiente. Essa resolução identificou a necessidade de quantificar os
235 impactos cumulativos e sinérgicos e que a área de estudo era a bacia hidrográfica. Lembrou que no
236 ano de 2004 foi criado o novo modelo para o setor elétrico, e então foram listados os
237 empreendimentos hidrelétricos que deveriam ser licenciados a luz do novo modelo. Ou seja para
238 concessão de determinado empreendimento haveria necessidade de Licença Prévia. Esses fatores
239 acarretaram uma discussão da importância da avaliação ambiental integrada. Por conseguinte, foi
240 assinado o um Termo de Compromisso, em 15 de setembro de 2004, que determinou a elaboração da
241 Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos na Bacia do Rio Uruguai, pelo
242 MME/EPE, com base em Termo de Referência a ser elaborado pelo MMA. Disse que, de acordo
243 com esse termo de referência, o MMA deveria acompanhar a execução dos estudos e manifestar-se
244 tecnicamente sobre o relatório conclusivo da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos
245 Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai. O objetivo geral da AAI é avaliar a situação ambiental da
246 bacia com os empreendimentos hidrelétricos implantados e os potenciais barramentos, considerando:
247 seus efeitos cumulativos e sinérgicos sobre os recursos naturais e as populações humanas, e os usos
248 atuais e potenciais dos recursos hídricos no horizonte atual e futuro de planejamento,
249 compatibilizando a geração de energia com a conservação da biodiversidade e manutenção dos
250 fluxos gênicos, a sócio-diversidade e a tendência de desenvolvimento socioeconômico da bacia.
251 Citou a importância da participação pública por meio de Seminários, internet, reuniões públicas.
252 Destacou a promoção, por parte da SRH, do envolvimento dos comitês de bacia no processo de
253 elaboração da AAI. A Sra. Maria Ceicilene mencionou que de acordo com Termo de Referência para
254 a elaboração da AAI, após análise e aprovação dos estudos, devem ser determinadas normas para que
255 o IBAMA passe a adotar como diretrizes nos futuros licenciamentos ambientais dos
256 empreendimentos, considerando as indicações derivadas dos estudos que compõem a AAI. Além
257 disso, deverão ser feitas as gestões necessárias para que a metodologia utilizada nos estudos de AAI
258 possa ser adotada como diretriz geral no desenvolvimento de novas avaliações ambientais integradas
259 em outras bacias. Em seguida foram apresentadas as principais diferenças entre a Avaliação
260 Ambiental Integrada e o Estudo de Impacto Ambiental. O Sr. Eduardo Lanna agradeceu a
261 apresentação da Sra. Maria Ceicilene e solicitou que fosse dado início a próxima apresentação sobre

o item 4 da pauta. Continuando as apresentações, o Sr. Ricardo Furtado, Superintendente de Meio Ambiente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, iniciou sua palestra (**ANEXO 7**), explicando que a EPE é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída nos termos da Lei nº 10.847/2004 e tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética. Disse que de acordo com o Termo de Compromisso celebrado com o Ministério Público celebrado em 15 de setembro de 2004, com o objetivo de dar continuidade ao processo de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande, um dos compromissos do Ministério de Minas e Energia seria de promover diretamente, ou por meio da EPE a Avaliação Ambiental Integrada, dos aproveitamentos de geração hidrelétricas planejados, em estudo, com concessão e em operação na Bacia do Rio Uruguai. Ressaltou que o objetivo é identificar e avaliar os efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto de aproveitamentos hidrelétricos em planejamento, construção e operação em uma bacia hidrográfica. Explicou que, embora o foco seja os empreendimentos hidrelétricos da bacia, todos os setores são considerados nos cenários utilizados para desenvolver indicadores de sustentabilidade para a bacia. Informou que o estudo da AAI deverá delimitar as áreas de fragilidade ambiental e de conflitos; Identificar as potencialidades socioeconômicas relacionadas aos aproveitamentos e identificar diretrizes ambientais para a concepção de novos projetos de geração de energia elétrica. Em seguida, explicou a metodologia de elaboração da AAI (Caracterização, Avaliação Ambiental Distribuída, Conflitos, Participação Pública, Avaliação Ambiental Integrada e Produtos). Ressaltou Envolvimento público ao longo do desenvolvimento do estudo, visando colher subsídios e informações, dos principais segmentos sociais da região, com a realização de seminários. Comentou que os aspectos relevantes da AAI seriam: Avanço no planejamento do setor elétrico, Processo participativo e integrado, Diversos estudos de AAI deverão alterar a sistemática de licenciamento de usinas hidrelétricas, Incorporação da AAI no Manual de Inventário de usinas hidrelétricas. Por conseguinte, apresentou os que os resultados esperados do trabalho consistirão na integração e consolidação das análises realizadas, apresentado uma análise dos principais aspectos da bacia hidrográfica do rio Uruguai, referentes aos aproveitamentos hidrelétricos implantados e previstos. E ainda que as principais fragilidades e potencialidades existentes na bacia hidrográfica serão apresentadas, bem como os conflitos constatados entre políticas públicas, planos e programas, de uso de solo e da água e suas consequências e os conflitos de interesses da sociedade em relação ao uso dos bens naturais. Posteriormente, o Sr. Ricardo Furtado apresentou também uma breve descrição da Avaliação Ambiental Integrada da bacia integrada do rio Uruguai. Após outras considerações foram apresentadas as conclusões, diretrizes e recomendações resultantes do estudo. Após as apresentações, o Sr. Eduardo Lanna deu início às discussões. O Sr. Wilson de Azevedo, representante do segmento usuários de recursos hídricos (pescadores e usuário de água para lazer e turismo) comentou sua impressão de que AAI seria focada para o segmento da geração de energia hidrelétrica e não considera de forma apropriada os outros segmentos. O Sr. Ricardo Furtado disse que a AAI considera todos os planos dos outros setores na identificação das potencialidades, fragilidades e os conflitos. A Sra. Fátima Chagas perguntou como os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, especificamente as diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, seriam incorporados pela AAI. O Sr. Ricardo Furtado respondeu que o processo de elaboração da AAI tem como

305 principal fonte o sistema de informações de recursos hídricos. A Sra. Moema de Sá da Secretaria de
306 Qualidade Ambiental mencionou que a AAI é um instrumento estratégico que deverá formular
307 diretrizes para os instrumentos de gestão, no momento da implementação dos licenciamentos
308 subsidiados pela AAI ocorrerá a integração com os instrumentos das políticas de recursos hídricos. O
309 Sr. Luiz Bronzatto sugeriu que o tema em discussão representa uma oportunidade para avançar na
310 questão da integração dos âmbitos de planejamento em recursos hídricos e na área ambiental.
311 Argumentou sobre a necessidade dos estudos da AAI considerar a perspectiva dos usos múltiplos,
312 inclusive nos barramentos para geração de energia já existentes na Bacia do Rio Uruguai, ou seja, não
313 se limitando aos futuros barramentos previstos e em análise. Enfatizou a satisfação de participar do
314 grupo de trabalho do MMA responsável pelo acompanhamento da AAI da bacia hidrográfica do rio
315 Uruguai. A Sra. Jussara Carvalho perguntou se os cenários do PNRH foram considerados na
316 elaboração da AAI, e qual a relação da AAI com os estudos de impactos ambientais. Questionou se
317 os antigos empreendimentos no momento de renovação de concessão precisariam da elaboração de
318 AAIs. Ressaltou a importância da contabilização do impacto cumulativo das pequenas centrais
319 hidrelétricas-PCHs. O Sr. Ricardo Furtado disse que o cenário macroeconômico elaborado pela EPE
320 estava de acordo com o cenário do PNRH, e que as outras variáveis foram consideradas na
321 construção dos cenários. A Sra. Maria Ceicilene respondeu que a AAI é um instrumento de gestão
322 estratégica e o licenciamento ambiental trata da viabilidade ambiental do empreendimento
323 subsidiado pelo estudo de impacto ambiental. O Sr. Ricardo Furtado disse que em relação às PCHs
324 existe uma preocupação com o efeito sinérgico, mas ainda não existe metodologia adequada para tal
325 quantificação. Sendo realizada uma avaliação qualitativa e expedita da sua influência no sistema.
326 Disse ainda que os antigos empreendimentos de acordo com a caracterização realizada fazem parte
327 do ambiente. Entretanto, caso exista um novo aproveitamento do antigo empreendimento isso deverá
328 ser identificado. O Sr. Demetrios Christofidis apresentou ponderações sobre o papel do setor de
329 geração de energia de apoio às atividades dos comitês de bacia hidrográfica e sobre utilização não
330 adequada, por parte das prefeituras, dos recursos oriundos da compensação financeira. Portanto, é
331 necessário orientação às prefeituras para desenvolver formas sustentáveis de aplicação desses
332 recursos. O Sr. Fred Crawford parabenizou as apresentações que trouxeram esclarecimentos sobre as
333 AAIs. Disse que existe uma questão sobre a abrangência dos mesmos, principalmente no que tange
334 ao planejamento integrado multiuso. Citou como exemplo, o setor de navegação e o planejamento da
335 partição de quedas. Ressaltou que os estudos da Avaliação Ambiental Integrada deveria ser um
336 instrumento de planejamento integrado multiuso, e não ter somente uma vertente de planejamento
337 setorial. De maneira geral, o Sr. Ricardo Furtado disse que as preocupações apresentadas são
338 importantes e o processo de elaboração da AAI pretende incorporar da melhor forma as proposições
339 que visem atingir os seus objetivos. Após as manifestações, o Presidente da CTPNRH, O Sr.
340 Eduardo Lanna agradeceu a presença dos palestrantes, e em seguida deu início à análise de minuta de
341 resolução que aprova o documento Estratégia de Implementação do PNRH. O Presidente da CT
342 explicou que a minuta do parecer em discussão foi feita anteriormente pelo SRH, e após aprovada
343 pelos membros da CT, será encaminhada, juntamente com o documento Estratégia de
344 Implementação do PNRH à CTIL. O Sr. Luiz Bronzatto sugeriu que a Sra. Ninon Machado fosse
345 indicada para, como representante da CTPNRH, apresentar a proposta de minuta na reunião da
346 CTIL. Os membros da CTPNRH concordaram com o encaminhamento proposto. Após apresentação
347 de modificações, a proposta de resolução foi aprovada pela CTPNRH (ANEXO 8). *Item 6 –*

Assuntos gerais e definição de pauta para a próxima reunião. O Sr. Eduardo Lanna informou que a ata da 42ª reunião da CTPNRH deverá ser aprovada na próxima reunião. O Sr. Luiz Bronzatto sugeriu as discussões ocorridas na presente reunião sugerem que a CTPNRH discuta a questão da integração dos planos de recursos hídricos e o sistema de meio ambiente (avaliação ambiental integrada e estratégica). Outro ponto importante é a integração do PNRH com os planos estaduais de recursos hídricos, e quiçá os planos de bacia. O Sr. Eduardo Lanna disse que para iniciar a discussão de um tema dentro da CT é importante que seja elaborado um documento de referência, de forma que os membros possam colaborar de forma mais propositiva. A Sra. Ninon Machado solicitou que o encaminhamento de documentos para análise pela CTPNRH seja feito com maior antecedência, no mínimo de quinze dias. A Sra. Claudia Albuquerque enfatizou a necessidade de um cumprimento regular da pauta proposta com estabelecimento de horários de início e término. O Sr. Eduardo Lanna lembrou que a duração da discussão dos temas depende dos próprios membros e dos encaminhamentos sugeridos. Mas enfatizou a necessidade de maior objetividade dos debates. O Sr. Fred Crawford lembrou a questão apresentada por ele referente às unidades de planejamento utilizadas no Sistema de Informações do PNRH. Sugeriu que as mesmas sejam adequadas ao conceito de bacia hidrográfica. O Sr. Eduardo Lanna informou que o GTCE apresentou uma nota técnica (ANEXO 9), a qual apresenta as considerações sobre o tema. O Sr. Luiz Bronzatto informou que a Secretaria de Recursos Hídricos vai realizar, entre 13 de novembro e 10 de dezembro (ANEXO 10), Feiras Ambientais nas 12 regiões hidrográficas. Essa realização é resultado de um convênio com o Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça. O objetivo é informar e sensibilizar a sociedade para a gestão dos recursos hídricos e para a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), somando. Ainda, a perspectiva dos direitos difusos e suas relações com a água. O acesso às feiras é aberto a toda população. O Sr. Eduardo Lanna agradeceu e parabenizou pelo trabalho realizado. Nada mais havendo a tratar, agradeceu mais uma vez a presença de todos, e deu por encerrada a 43ª reunião da CTPNRH.

Ata aprovada durante a 44ª reunião da CTPNRH, realizada no dia 27 de fevereiro de 2007.

RESUMO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DA 43ª REUNIÃO DA CTPNRH

1 – Decidiu por encaminhar a demanda da Conselheira Ninon Machado referente a regulamentação dos artigos 12 § 2º e 52 da Lei 9433/97 para análise pela CTIL. Foi proposta ainda que, posteriormente, fosse organizada uma reunião conjunta entre a CTPNRH e CTIL para discussão e sugestões sobre o tema

2 - Os membros da CTPNRH decidiram por apresentar parecer favorável ao documento "*Estratégia de Implementação do PNRH*". O referido documento deverá ser encaminhado juntamente com a minuta de resolução para análise pela CTIL.

Antônio Eduardo Leão Lanna
Presidente da CTPNRH

Fabiano Chaves da Silva
Relator da CTPNRH